



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da 1ª Reunião da Câmara Bipartite Governo - Trabalhadores Conselho de Relações do Trabalho

19 de Setembro de 2011

Brasília-DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Reunião de Instalação da Câmara Bipartite Governo-Trabalhadores Conselho de Relações do Trabalho

DATA: 19 de Setembro de 2011.

LOCAL: Ministério do Trabalho e Emprego – Bloco F – Edifício Sede – Sala 433.

PARTICIPANTES: Sérgio Paixão Pardo – GM / MTE, Eduardo Martins Pereira – SE / MTE, Nilton Fraiberg Machado – SE / MTE, Sérgio Araujo Sepulveda – SE / MTE, Angela Cristina Casal Regasso – SE / MTE, Daniel de Souza Galvão – SPPE, Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira – SIT / MTE, Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti – SIT / MTE, Eudes da Silva Carneiro – SRT / MTE, Paula Faria de Polcheira Leal – SRT / MTE, Itamar Revoredo Kunert – CGTB, José Carlos Padilha Areas – CTB, Miraldo Vieira – CTB, Manoel Messias Melo – CUT, Agilberto Seródio – NCST, Francisco Canindé Pegado do Nascimento – UGT.

1 Aos dezanove de setembro de dois mil e onze, no Ministério do Trabalho e Emprego, ocorreu a
2 Reunião de instalação da Câmara Bipartite Governo-Trabalhadores do Conselho de Relações do
3 Trabalho, com a participação de representantes do governo e de centrais sindicais. **ABERTURA.**
4 Dando início à reunião, o Sr. Eudes da Silva Carneiro, da Secretaria de Relações do Trabalho/MTE, fez
5 referência à publicação da composição por portaria, solicitou aos presentes a atualização de seus dados
6 para contato e destacou que na reunião seriam eleitos coordenadores e substitutos da Câmara e que a
7 bancada dos trabalhadores havia indicado o Sr Francisco Canindé Pegado para presidente da Câmara e
8 para suplente o representante da CGTB e passou a palavra ao presidente para apresentação seguida da
9 apresentação dos demais presentes. O presidente agradeceu a presença de todos e fez referência à
10 competência das Câmaras Bipartites no regimento interno, artigo oitavo, com vistas a sanar qualquer
11 dúvida existente. Citou ainda o artigo nono que fala da composição da Câmara, ressaltando o
12 entendimento de que o coordenador seria de bancada, e não da Câmara, ficando um coordenador de
13 bancada para os trabalhadores e um para o governo, a serem apresentados na próxima reunião, como
14 também uma minuta de instalação da Câmara Bipartite, havendo, inclusive, uma minuta apresentada
15 pela Dra. Paula. Em seguida, agradeceu a contribuição dada pelo Sr. Messias na condução dos
16 trabalhos. O Sr. Nilton informou a escolha do Sr. Eudes para representar a bancada do governo. O Sr.
17 Canindé destacou a presença do Sr. Admilsom, convidado para falar sobre as alterações pretendidas em
18 relação às emissões de SDs, com o objetivo de conferir maior confiabilidade ao documento e discorreu
19 sobre os protocolos para emissão utilizados. Continuou falando sobre a composição de subgrupos
20 tripartites, por membros das centrais sindicais, sendo uma vaga por central, em conformidade com a
21 portaria 1.642, de 11 de agosto e 2011, que trata de cota para menores aprendizes nas áreas de
22 transporte, asseio e vigilância e que já estaria em funcionamento por decisão ministerial, com prazo de
23 noventa dias para terminar os trabalhos. O Sr Admilsom passou a manifestar-se, agradecendo
24 primeiramente a oportunidade e lembrando aos presentes que a SD é uma solicitação perene de
25 atualização e passou a explicar sobre as três modalidades de SD, focando que a questão ali seria sobre a
26 SD de filiação e lembrou que em abril foi lançada a certificação digital, passando a conferir total
27 segurança às SDs de filiação e também tempestividade nas informações, possibilitando a consulta na
28 página do Ministério sobre quem se desfiliou ou deseja se desfiliar, em tempo real. Sobre a
29 documentação a ser acrescida, sugeriu fosse repensada para evitar a possibilidade de se tornar inviável
30 a algum sindicato, pela ausência de registro no estatuto do processo migratório. O Sr. Messias
31 informou que a bancada a CUT apoia a certificação digital, ressaltando sua utilização também para fins

32 de FGTS pelas empresas, o que iria induzir à migração por todas. Continuando, ressaltou que a CUT
33 entende importante a presença de documentação formal, uma ata, por exemplo, quando do processo de
34 filiação ou desfiliação, embora ciente de que, na ausência de previsão estatutária, o Ministério não
35 poderia exigir a documentação, mas pensar em algum documento similar de formalização. O Sr. André
36 Grandizoli solicitou a fala e expressou a inviabilidade de o Ministério analisar o estatuto de todas as
37 entidades referentes às SDs e decidir sobre o mérito e sugeriu que fossem percorridos os caminhos
38 legais caso o sindicato não cumprisse as regras. Ressaltou, por fim, o entendimento de que o Sr.
39 Admilsom propõe a possibilidade de consulta instantânea por parte das centrais às intenções de
40 desfiliação, permitindo o contato com as entidades e adoção de providências cabíveis. Na sequência, o
41 Sr. Padilha ressaltou a importância da ata para o pedido de desfiliação, em face da assinatura de
42 responsabilização pelo fato, e que o processo de operacionalização poderia ser melhor analisado,
43 inclusive fazendo-se consulta no TRE ou TSE. Continuando, O Sr. Itamar indagou sobre o processo de
44 certificação, se haveria necessidade também da certificação dos diretores da entidade, sendo informado
45 pelo Sr. Admilsom que a necessidade seria manter o mesmo CPF cadastrado no Ministério como
46 responsável e continuou respondendo a perguntas do Sr. Itamar sobre o processo de consulta eletrônica
47 que, ao finalizar, registrou a atenção em relação aos documentos que devem ser apresentados ao CRT,
48 constantes da SD, que ficassem claros para evitar problemas ao serem protocolados no Ministério. O
49 Sr. Francisco Canindé reiterou que o assunto será discutido melhor e destacou que as exigências criadas
50 por eles mesmos teriam que ser sanadas e que o objetivo não seria de inviabilizar, mas sim de conferir
51 mais garantia à SD. Pedindo a palavra, o Sr. André Grandizoli destacou que no caso do processo
52 eleitoral a documentação necessária está prevista em lei e que no caso das SDs, o Ministério não
53 poderia exigir algo que não estivesse previsto em lei e concluiu que o assunto não deveria ser objeto de
54 ação do Ministério simplesmente. O Sr. Agilberto discordou do posicionamento do Sr. André,
55 esclarecendo que em outros processos de atualização sindical há exigência de documentos que não foi
56 objeto de lei e que a ausência de previsão estatutária poderia ser suprida por decisão de assembléia,
57 conforme o código civil. Citou que não se trataria de mérito, seria questão de formalismo, se a entidade
58 sindical apresentou ou não a documentação solicitada. O Sr. Admilsom registrou o entendimento de
59 que seria intromissão na organização sindical a posição do Ministério de interpretar o estatuto e exigir
60 decisão por assembléia prévia para os casos de filiação e desfiliação. O Sr. Agilberto reafirmou que se
61 tratava de estabelecimento de procedimento formal, sem necessidade de se adentrar ao mérito. O Sr.
62 Manoel Messias comentou que a reunião tratava de troca e idéias para subsidiar a próxima reunião, em
63 que teriam proposta concreta e considerou a possibilidade de instrução do processo de SD de filiação
64 sem interferência na autonomia das entidades sindicais e sem ultrapassar os limites da lei, reafirmando
65 que entende a necessidade de documento formal para instrução dos processos de filiação ou desfiliação,
66 que o processo seja tempestivo e no caso de algum problema verificado seria feito pedido de vistas para
67 exame. O Sr. Padilha complementou ressaltando que o ato da filiação ou desfiliação é político e há
68 consequência sobre isso, o que justifica o entendimento da bancada de responsabilização do
69 interessado. Para finalizar, o Sr. Admilsom colocou que centralizar em Brasília iria atrasar a validação
70 e, como alternativa, a partir do momento da declaração de filiação ou desfiliação a tramitação do
71 processo seria registrada no portal da internet, permitindo assim a tempestividade e procedimentos
72 necessários por parte da entidade sindical. O Sr. André Grandizoli destacou que SD concluída não
73 significa validada, vai entrar em tramitação, indicando que a partir do registro da intenção de alterar sua
74 central sindical as centrais envolvidas já teriam a informação. O Sr. Francisco Canindé observou que o
75 assunto seria discutido no dia seguinte, na bancada, mesmo já iniciado extemporaneamente naquela
76 reunião e indagou sobre outros assuntos de interesse, ressaltando a condição bipartite da Câmara. O Sr.
77 Eudes registrou a questão da marcação de reuniões, sugerindo a mesma dinâmica das reuniões do CRT,
78 a cada dois meses ordinariamente, o que mereceu concordância do Sr. Canindé, Presidente da Câmara,
79 por aproveitar a agenda dos participantes. O Sr. Manoel Messias indagou se a data prevista para
80 reunião do CRT, vinte e dois de novembro, seria razoável para qualquer mexida nos critérios para
81 mensuração de representatividade. O presidente registrou que o assunto seria definido na reunião do dia
82 seguinte e convidou a Dra. Paula para esclarecer sobre a portaria, assunto que seria também levado para
83 reunião seguinte. A Dra. Paula falou dos trabalhos relativos à portaria 1.642 e solicitou a indicação de

84 participante para compor o grupo de trabalho que se encontrava composto por representantes do
85 Ministério do Trabalho, do Ministério da Educação e dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, para
86 tratar das cotas de aprendizagem em setores econômicos específicos, limpeza e conservação, transporte
87 e vigilância. Na primeira reunião, o grupo definiu a criação de 3 subgrupos que seriam compostos por
88 representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, seriam tripartites, sendo uma vaga
89 para bancada de vigilantes, uma para asseio e conservação e outra para transporte, além da suplência. O
90 Sr. Canindé registrou então seu entendimento de que seria apenas um representante para o setor
91 transporte, um para vigilância e um para asseio e conservação. O Sr. Messias comentou sua
92 preocupação com a Dra. Paula, no sentido de evitar fossem apontadas direções distintas, em face de o
93 mesmo tema estar sendo discutido por dois grupos separadamente e ainda outra preocupação que
94 residia na definição da central, indagando sobre a possibilidade de ampliar a quantidade de vagas. A
95 Dra. Angela interveio informando que a portaria seria interministerial (Trabalho e Educação) e que a
96 solicitação seria demanda encaminhada à SRT, pela proximidade e pelo entendimento de que fóruns
97 deveriam ser indicados pelas centrais. O Sr. Itamar indagou sobre outro segmento de vinculação da
98 portaria, sendo respondido pela Dra. Paula que o grupo seria específico para as três categorias
99 econômicas, criado em agosto, e registrou seu entendimento de que o grupo de trabalho poderia
100 subsidiar as discussões no âmbito do CRT. Ressaltou também que discussões de mesmo tema em
101 espaços diferentes poderiam dificultar o encaminhamento ou gerar retrabalho. O Sr. Itamar indagou
102 sobre o impedimento a outros segmentos na linha de aprendiz. A Dra. Paula respondeu que não
103 impediria e que a demanda veio do Ministério Público do Trabalho, que também compõe o grupo,
104 informando que seria dado conhecimento às entidades patronais que, inicialmente, demandaram o
105 grupo de trabalho específico. O Sr. Itamar acrescentou que a portaria 1.642 determina todo o bojo.
106 Continuando, o Sr. Nilton Fraiberg lembrou a existência no Ministério do Trabalho do Fórum Nacional
107 da Aprendizagem Profissional, que trata da questão da aprendizagem, e acrescentou que os segmentos
108 citados na portaria são aqueles em que a aprendizagem profissional tem dificuldade de implementação
109 das cotas. Já finalizando, o Sr. Messias, insiste que haja propostas na reunião do dia seguinte sobre a
110 data de instalação dos grupos de trabalho das duas cotas de aprendizes, em razão do prazo escasso. O
111 Sr. Eudes confirmou que os assuntos estariam pautados para reunião. **ENCERRAMENTO:** O Sr.
112 Francisco Pegado indagou se haveria mais algum assunto e, não havendo, agradeceu a presença de
113 todos e desejou que todos tivessem bom trabalho na Câmara Bipartite.